

**ACTA**

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice – Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado – e Vereadores – Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceu a Vereadora Luísa Maria Alves Oliveira, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Técnica Superior Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Na candidatura ao título de Capital Europeia da Cultura, o Município de Guimarães assumiu através do seu Presidente um compromisso com os vimaranenses *“... expressamos o nosso propósito de utilizar os recursos e meios que vierem a ser canalizados para este projecto de tal modo que a memória de 2012 permaneça viva e presente por muitos anos no quotidiano dos cidadãos, concentrando os nossos esforços na realização de investimentos e intervenções sustentáveis e produtivos, que concorram efectivamente para o desenvolvimento cultural, social, urbanístico e económico de Guimarães e da sua região.”* Integrado no projecto “Campurbis”, o Centro de Ciência Viva na área temática: Vestuário e Calçado vai permitir o reavivar

da história e o papel das indústrias de curtumes e têxtil que tiveram as suas raízes na cidade de Guimarães, representando em Portugal uma parcela muito importante da História da industrialização. Estes sectores de actividade industrial desenvolveram-se no século XIX, substituindo actividades artesanais de tratamento de peles ao longo das mais importantes linhas de água do concelho e as actividades de processamento do linho centradas numa forte produção agrícola desta planta. O sector Têxtil é actualmente responsável pela actividade de 70% das empresas do Concelho. O Município de Guimarães não pode sacudir para a Fundação Cidade de Guimarães responsabilidades que são suas na preservação do Património: A Olaria, industria artesanal que nasceu quase em simultâneo com a Vila de Guimarães, permanece na Cruz de Pedra como uma memória a quem o Município pretende tirar a VIDA. Os Fornos da Cruz de Pedra e a Cantarinha das Prendas ou dos Namorados, estão condenados ao desaparecimento. Há mais de 10 anos que ano após ano a recuperação do edifício dos Fornos da Cruz de Pedra está inscrita nos Planos de Actividades e até hoje essa suposta vontade do Executivo Municipal não foi ainda possível concretizar. Que razões haverão para esta falta de vontade de preservar um dos símbolos de Guimarães? A Cantarinha dos Namorados é um símbolo que todos os Vimaranenses devem promover com mais visibilidade. Os Fornos de Olaria da Cruz de Pedra estão inscritos na Rota do Património Industrial do Vale do Ave promovida pela ADRAVE; a Universidade do Minho promoveu no âmbito do Projecto Ciência na Cidade de Guimarães visitas às olarias da Cruz de Pedra. E o que fez ou faz o Município de Guimarães Cidade CEC2012 para preservar a História Vimaranense? NADA. Hoje sentimos vergonha pelo abandono a que foram votados os Fornos



de Olaria da Cruz da Pedra e o seu edifício – sem portas, sem janelas, a ameaçar derrocada. Simplesmente lamentável. Tem a palavra o Executivo Municipal”. **2 – Vereador André Coelho Lima** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Ultimamente, temos assistido a diversas pronúncias públicas dos responsáveis camarários em prol de investimentos a realizar na nossa cidade, potenciadores da criação de emprego. Concomitantemente, sabemos que Guimarães é dos concelhos mais fustigados pelo desemprego, pelo que essa notícia, a notícia da captação de investimentos, é sempre uma notícia colhida com satisfação pelos vimaranenses. No entanto, urge concretizar a reprodutividade económica desses investimentos. Urge perceber qual a real sustentação dos mesmos. Urge compreender se as expectativas que estão a ser criadas à população assentam em bases sólidas. Urge conhecer se foram consultadas as instituições relevantes para o efeito. De facto, ainda na última reunião, a propósito da Plataforma das Artes, foi dito que na estrutura do actual edifício do antigo Mercado, a parte da Avenida Conde de Margaride será para ateliês de criação, e a parte que confronta com a Rua Paio Galvão será para instalação de indústrias criativas. Mas a questão é: que indústrias criativas são essas? Que indústrias criativas estão pensadas? Criativas de quê? Em torno na pintura, das artes plásticas, das artes performativas, do cinema, ou de tudo isto junto? Há critérios nas indústrias a instalar, ou é mesmo sem critério? Há alguma sustentabilidade no surgimento de negócios em torno destes fenómenos? Que pessoas, empresas, instituições ou organismos foram contactados e abordados no sentido de lá se instalarem ou de potenciarem a instalação de pessoas ou empresas? O que queremos saber é se essa criação de

indústrias criativas é apenas uma questão de fé, ou se têm projectado algo concreto, programado, pensado para fomentar o surgimento dessas indústrias. Já chega de falar em investimentos supostamente reprodutivos do ponto de vista económico, que depois, se ficam apenas pelo edificado, se ficam apenas pela obra. Já chega de vender ilusões que nem a Câmara sabe se e como se poderão materializar. Se a aposta cultural comporta consigo uma perspectiva de crescimento de negócios em torno do fenómeno, está na hora de saber como, e de que forma! Que impacto prevê a Câmara que tenha a CEC/2012 no desemprego concelhio? Que perspectivas de emprego duradouro existem em torno do fenómeno e dos equipamentos que vão ser criados? Não nos referimos aos empregos durante o ano de 2012, referimo-nos aos empregos e negócios que têm condições de conter alguma durabilidade. E esses empregos, prevê-se que sejam todos publicamente sustentados, isto é, suportados nos orçamentos municipais do futuro, ou está prevista com alguma razoabilidade o surgimento de negócios privados em torno do fenómeno cultural? Existe alguma estimativa aproximada de algumas destas coisas? Ou é tudo uma questão de fé? É que, vejamos, todos concordamos – e concordamos mesmo – que existe uma perspectiva de futuro numa economia em torno do fenómeno cultural, que é possível a movimentação da economia e o surgimento de negócios em torno do fenómeno cultural. Nós, PSD, concordamos que ainda que com um alcance limitado em termos do seu peso na economia local (pela circunstância de sermos uma pequena cidade e não uma urbe pululante), os negócios privados em torno do fenómeno cultural poderão surgir e têm, com estes investimentos, condições para poderem surgirem. Mas temos de uma vez por todas que deixar de rezar pelo surgimento desses investimentos, mas antes



de começar a lutar por eles. Temos de uma vez por todas de saber – e perceber – qual é a sustentabilidade real da expectativa que a Câmara Municipal e a Fundação Cidade de Guimarães estão a criar quanto ao surgimento de empresas, negócios e emprego em torno do fenómeno e do sector cultural. E não estamos com isso a dizer que não existem essa sustentabilidade! Nem estamos tampouco a dizer que não existe essa programação. Queremos é saber qual é! Pretendemos é saber se a Câmara, ao dizer às pessoas que está a criar condições para captar investimento e para combater o desemprego, tem realmente alguma estratégia nesse sentido, tem realmente algum estudo em que se suporta, tem realmente uma análise séria e responsável do sector e do seu impacto, se procedeu a audições de entidades com experiência no ramo, e que não são apenas atoardas, promessas que podem ser irresponsavelmente criadoras de expectativas, baseadas mais em fé do que em estudos, mais em crença do que em contactos e *benchmarking*, mais em esperança do que numa análise rigorosa dos negócios que efectivamente existem, e podem em Guimarães existir, em torno do fenómeno cultural. E para nós, é muito importante perceber isto, para conseguir perceber em que base real de sustentação se estão a elevar as expectativas dos Vimaraneses”. **3 – Vereadora Francisca Abreu** – Informou ter estado nos últimos dois dias, em representação do Município, na Fundação Calouste Gulbenkian, numa conferência sobre cidades criativas, onde apresentou o projecto da Plataforma das Artes e as iniciativas do Município quanto à reabilitação e regeneração urbanas. Continuou, referindo que a Autarquia está a acompanhar a evolução registada em torno do modelo de desenvolvimento assente nas indústrias criativas, assinalando que este segmento de dinamização económica assenta na conjugação do saber com

talento, tecnologia e tolerância, concluindo que a requalificação do espaço urbano oferece condições indutoras à criação de negócios nesta área. **4 – Vice – Presidente da Câmara – a) –** Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que a Câmara Municipal de Guimarães irá requalificar os fornos de olaria existentes na Cruz de Pedra, em Creixomil. Disse, ainda, que a recuperação daquele património industrial não está esquecida, acrescentando que apenas recentemente ficaram reunidas as condições para intervir no edifício. Reconhecendo a necessidade de recuperar aquele legado histórico, sublinhou que está a ser elaborada uma nova candidatura aos fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), depois de uma primeira proposta não ter sido contemplada com fundos comunitários. Finalizou, referindo que caso a candidatura não seja aprovada, a Autarquia avançará para a reabilitação daquele espaço com recursos próprios, reconhecendo a urgência em beneficiar o local, podendo a valorização da olaria passar pela criação de cursos profissionais e acções de formação naquela área; **b) –** Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que o programa de investimentos da Câmara Municipal com repercussões na implementação de indústrias criativas é muito ambicioso. Ressalvou que todo o processo de regeneração urbana em curso em Guimarães está associado às exigências desse novo modelo de desenvolvimento económico. De seguida, referiu os investimentos que estão a ser feitos através da requalificação dos edifícios: Centro de Ciência Viva, Instituto de Design, Centro de Formação Avançada, instalação da Escola de Artes Performativas e da Escola da Academia Valentim Moreira de Sá no edifício do Teatro Jordão. Salientou que o que se pretende é dar vida aos edifícios com novas funções, induzindo o aparecimento de



projectos relacionados com as indústrias criativas. Disse, ainda, eu, em seu entender, conjugando a beneficiação destes imóveis com a reabilitação do espaço público, ficam reunidas as condições para o aparecimento de micro-empresas que dinamizam actividades onde a cultura, a tecnologia e a inovação estão associadas. Confiante no sucesso deste modelo económico, explicou que o intercâmbio entre ciência, tecnologia, conhecimento e cultura tem o efeito de produzir o surgimento de indústrias criativas. Por último, disse que na próxima reunião do Executivo Municipal estará presente o Director da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica para dar conta do estado do projecto relativo ao Centro de Ciência Viva de Guimarães. -----

#### ----- DELIBERAÇÕES -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE DE ALUNOS – ANO LECTIVO 2010/2011 – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** – Presente, para aprovação, a minuta do contrato da prestação de serviços em epígrafe, adjudicada a “Agência de Viagens e Transportes Alves, Lda.”, pelo valor de €447 351,50 (quatrocentos e quarenta e sete mil trezentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CANDIDATURA AVE SOCIAL** – Presente a seguinte informação do Gabinete de Estudos e Projectos Financeiros: “A AMAVE irá submeter uma candidatura no domínio da Promoção e Capacitação Institucional | Ave Social, na sequência da decisão entre os Municípios do Vale do Ave. A candidatura enquadra-se na necessidade de operacionalizar o Plano de Desenvolvimento Social

do Ave efectuado recentemente por uma rede de actores institucionais da NUT III do Ave ao nível dos vários sectores e das respectivas tutelas. Trata-se de um importante instrumento de trabalho para o desenvolvimento social desta sub-região, identificando as prioridades estratégicas de actuação e propondo acções/projectos concretos. Pretende-se reforçar e consolidar o trabalho interinstitucional em rede com intervenção nestes temas específicos, numa lógica supra municipal, envolvendo entidades de diferentes níveis territoriais, no âmbito da reflexão e do aprofundamento do diagnóstico do território, do planeamento e da operacionalização das acções. De modo a agilizar o processo de candidatura, a AMAVE solicitou, para este mesmo dia, a assinatura do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Guimarães e a AMAVE e, o preenchimento de uma tabela com os dados relativos aos custos com pessoal a imputar ao projecto. Assim, solicita-se a assinatura do referido protocolo que deverá ser submetido a deliberação de Câmara (anexo I). À consideração superior". O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Vice – Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Deu conhecimento que a Cooperativa Turipenha celebrou, no passado dia 20 de Setembro, um contrato com a empresa GuimarãesShopping Centro Comercial S.A. pelo qual aquela entidade passará a ser, a partir do próximo dia 1 de Outubro, o principal patrocinador do Teleférico de Guimarães; **2** – Deu conhecimento dos dados relativos à época campista de 2010 no Parque de Campismo da Penha; **3** – Disse que o Presidente da Câmara iria reassumir as suas funções na próxima Segunda-feira





cumprido um período de convalescença de uma intervenção cirúrgica a que foi submetido. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**1** – Da seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O PMEG – Plano Municipal de Emergência de Guimarães encontra-se em vigor desde Janeiro de 2002, tendo já sofrido uma alteração profunda em 2004. Com a publicação da Lei de Bases da protecção Civil (LBPC), da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que define os objectivos e princípios reguladores da actividade da Protecção Civil, da Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho, bem como a edição do Manual de Apoio à elaboração e operacionalização de Plano de Emergência da Protecção Civil – cadernos técnicos PROCIV 3, tornou-se necessário efectuar uma nova revisão ao PMEG de forma a adequá-lo a este novo enquadramento legal. Neste sentido e de forma a dar cumprimento ao disposto, reuniu hoje, dia 03 de Setembro de 2010, a Comissão Municipal de Protecção Civil, de forma a emitir parecer prévio da aprovação do PMEG e ser posteriormente remetido para aprovação final e publicação em Diário da República pela Comissão Nacional da Protecção Civil”. O Plano Municipal de Emergência encontra-se disponível para consulta na Secretaria-geral; **2** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 16 de Setembro de 2010, que concordou com a informação da Divisão de Património Municipal, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA  
REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2010. DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS  
QUADRILÁTERO URBANO – NOMEAÇÃO DOS  
REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA-GERAL**

– Presente a seguinte proposta: “A Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano é uma pessoa colectiva de direito privado de natureza associativa e âmbito territorial, que visa a realização de interesses comuns aos Municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, nomeadamente a implementação do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), bem como a execução dos projectos nele previstos, no âmbito do projecto “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização”, enquadrado na medida “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação”. Considerando que a Assembleia-Geral é constituída por oito elementos, cabendo a cada um dos Municípios integrantes do Quadrilátero nomear dois representantes. Considerando que a alínea i) do número 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2001, de 11 de Janeiro, prevê que compete à Câmara Municipal nomear os representantes do Município nos órgãos de outras entidades em que o mesmo detenha participação. Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: 1 – Que, nos termos do n.º 1 do art.º 90.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2001, de 11 de Janeiro, a proposta de designação dos elementos constantes do ponto 2 seja votada no seu conjunto; 2 – Que sejam designados os seguintes elementos como representantes do Município na Assembleia-Geral: 2.1 – O



Vereador Domingos Bragança Salgado; 2.2 – A Vereadora Francisca Abreu”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2, COM OITO VOTOS A FAVOR E UM VOTO EM BRANCO.** -----

**EMPRESA MUNICIPAL “VITRUS AMBIENTE, EM, SA” – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

– Presente a seguinte proposta do Vice-Presidente da Câmara: “Sendo necessário designar os corpos sociais, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art.º 90.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** - Como representante na **Assembleia Geral** – o Vereador César Manuel de Castro Machado; **2.2** - Como **Presidente do Conselho de Administração** o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha, cujas funções não são remuneradas; **2.2.1**- Como **Membros do Conselho de Administração**: Rui Pedro Faria Alves e Oliveira, cujas funções são remuneradas no valor correspondente ao vencimento base de um Chefe de Divisão Municipal. - Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino, cujas funções não são remuneradas. **2.3** – Como **Fiscal Único**, a empresa Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados – SROC, Lda., representada por Gaspar Vieira Castro ou por Anabela Barbosa Dias, e como **Fiscal Único Suplente** Fátima Cristina dos Santos Amorim Barroso Gonçalves”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR O PONTO 2, COM SEIS VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA E UM EM BRANCO.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA DO TOURAL, ALAMEDA DE S. DÂMASO E RUA DE SANTO ANTÓNIO – ERROS E OMISSÕES** – Presente a seguinte

proposta: “Por despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Setembro de 2010, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Requalificação Urbanística da Praça do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Sto. António”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 6 de Setembro de 2010”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CORVITE – ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO**

– Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Corvite está a executar, mediante Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre esta Câmara Municipal e aquela Autarquia, a obra de ampliação do cemitério, cujos trabalhos se encontram praticamente concluídos. No entanto, como a Junta de Freguesia ainda não pagou os honorários relativos à execução do projecto, vem agora solicitar à Câmara Municipal que lhe seja



concedida uma verba para fazer face a essa despesa. Para comprovar o custo do projecto enviou a nota de honorários emitida pelo projectista que executou o projecto. Apesar de não ter sido objecto de prévio Protocolo com o Município, propõe-se a transferência para a Junta de Freguesia de Corvite, da verba de €7.020,00, destinada ao pagamento do projecto de ampliação do cemitério, nos termos da alínea b), do n.º 6 do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – PROJECTO DO NOVO CEMITÉRIO** – Presente a

seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Briteiros Santa Leocádia executou, mediante Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre esta Câmara e aquela Autarquia, a obra de construção do novo cemitério. No entanto, como a Junta de Freguesia ainda não pagou os honorários relativos à execução do projecto, vem, agora, solicitar à Câmara Municipal que lhe conceda uma verba para fazer face a essa despesa, Para comprovar o custo do projecto enviou a nota de honorários emitida pelo projectista que executou o projecto. Apesar de não ter sido objecto de prévio Protocolo com o Município, propõe-se a transferência para a Junta de Freguesia de Briteiros Santa. Leocádia, da verba de €4.975,00, destinada ao pagamento do projecto de especialidades do novo cemitério, nos termos da alínea b), do n.º 6 do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CONDE –  
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –  
EXECUÇÃO DE OBRAS NA EB1/JI DE AULA** – Presente a

seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Conde solicita o apoio da Câmara Municipal na atribuição de uma verba para custear as despesas com as obras executadas no edifício da EB1/JI de Aula, designadamente pinturas de caixilharias, canalizações e outros trabalhos, cujas despesas orçaram em, aproximadamente, €5.000,00. Dado tratar-se de um edifício que requer uma manutenção periódica e atendendo à proximidade do início do novo ano lectivo 2010/2011, a Junta de Freguesia executou as obras em causa, para que o arranque do ano escolar decorresse dentro normalidade. Não obstante as obras executadas não terem sido objecto de prévio protocolo entre a Junta de Freguesia de Conde e o Município, propõe-se a transferência, para a Junta de Freguesia de Conde, da verba de €4.000,00, nos termos da alínea b), do nº6, do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, de modo a que a Junta de Freguesia possa cumprir com os compromissos assumidos”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CAMPURBIS – CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA PINTURA  
DECORATIVA DO TECTO DO ACESSO AO SALÃO NOBRE DA  
ORDEM DE SÃO FRANCISCO** – Presente a seguinte proposta do

Vice-Presidente da Câmara: “Tendo em vista a importância da instituição e do seu património no quadro da implementação e desenvolvimento do CampUrbis, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco aceitou integrar a Parceria para a Regeneração



Urbana de Couros, actualmente em curso na sequência da sua aprovação no âmbito do QREN, e envolvendo, para além da Autarquia e da referida Ordem, a Universidade do Minho, a Cooperativa Fraterna, a Associação do Cybercentro de Guimarães, o Centro de Computação Gráfica, o AVEPARK e a Associação Comercial e Industrial de Guimarães. Uma das intervenções consideradas fundamentais para prosseguir o esforço de reabilitação e conservação do património edificado promovido nos últimos anos pela instituição consiste na conservação e restauro da pintura decorativa do tecto do acesso ao Salão Nobre, uma vez que esta era uma condição de partida para a concretização do projecto museográfico do Convento da Ordem de S. Francisco, em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, tendo como meta a criação, divulgação e abertura ao público de um percurso expositivo com uma nova linguagem museográfica que tornarão possível o acesso e conhecimento de um património de relevante interesse cultural. Desde o início do processo conducente ao estabelecimento da citada Parceria que os responsáveis da Ordem de São Francisco alertaram para a incapacidade financeira da instituição para fazer face aos custos envolvidos nesta intervenção concreta, tendo então a Câmara Municipal assegurado que, em face do seu inquestionável interesse público, assumiria a quota parte daqueles custos correspondente à participação do parceiro no financiamento. No decorrer do processo, considerou-se, contudo, que seria de todo o interesse que fosse a Autarquia a assumir, não apenas o co-financiamento, mas também o projecto e execução da obra. De facto, a complexidade e sensibilidade da intervenção aconselhavam a participação de recursos humanos e técnicos disponíveis em diversos serviços da Câmara Municipal nas fases de projecto, empreitada, fiscalização e gestão financeira da

intervenção no quadro da Parceria para a Regeneração Urbana. Tratava-se, efectivamente, de um conjunto de tarefas com significativa complexidade técnica e burocrática que a Autarquia poderia assumir com recurso a meios próprios, evitando assim a contratação de meios específicos para tal por parte da Ordem, o que viria indubitavelmente a onerar a intervenção. Deste modo, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães promova a execução da obra "Conservação e restauro da pintura decorativa do tecto do acesso ao Salão Nobre da Ordem de São Francisco", cujo valor global, após realização de procedimento prévio, é de €36.990,00 (trinta e seis mil novecentos e noventa euros) + IVA, dos quais 70% serão financiados pelo QREN ao abrigo da Parceria para a Regeneração Urbana de Couros". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**ACORDO DE PARCERIA – TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, ER** – Presente, para ratificação, o Acordo de Parceria celebrado com a Entidade Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. que visa estabelecer os termos necessários à concepção e implementação de uma infra-estrutura tecnológica de apoio à rede de Lojas Interactivas de Turismo, bem como as respectivas responsabilidades financeiras, com vista à apresentação de candidatura junto da CCDR-N, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007 – 2013 ON.2 (Eixo Prioritário V – Governação e Capacitação Institucional/Objectivo Específico "Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local"), que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACORDO DE PARCERIA E COLABORAÇÃO TÉCNICA E**



**FINANCEIRA – PROTECÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS –**

Presente, para ratificação, o Acordo de Parceria e Colaboração Técnica e Financeira celebrado entre o Município e a Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P. tendo por objecto a concretização das acções de Reabilitação do Rio Selho, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO –**

Presente a seguinte informação dos Serviços de Turismo: “Considerando que a Fundação Museu do Douro, entidade privada de direito público, tem como fins a promoção de actividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, conforme resulta dos estatutos Fundação; Considerando que a Fundação Museu do Douro, no âmbito da abertura do edifício sede da Fundação ao público, ocorrida a 20 de Dezembro de 2008, dispõe de um conjunto de serviços e instalações culturais e comerciais de interesse para a Região Norte, pelo estatuto de Património Mundial conferido pela UNESCO como paisagem cultural, *evolutiva e viva*, do Douro; Considerando o Museu do Douro como um museu de território, que se assume como um pólo dinâmico de representação e de conhecimento da Região Norte, da sua história, das suas tradições, dos seus saberes e gestos, numa palavra, da sua *identidade*; Considerando as sinergias positivas que estão inerentes a uma política de comunicação e promoção junto de todos os agentes públicos e privados, nacionais, regionais e locais, dos diversos sectores de actividade, de modo a concretizar acordos de cooperação e envolvimento que potenciem o aumento do número de visitantes da região; Considerando as condições vantajosas no que se refere às circunstâncias de visita

proporcionados ao Município; Coloco à consideração superior a aprovação pela Câmara Municipal de um Protocolo de Colaboração a celebrar com a Fundação Museu do Douro, ao abrigo do disposto no art.º 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme minuta se junta em anexo”. A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**MERCADO MUNICIPAL – HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE BANCAS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “O Mercado Municipal encontra-se a funcionar há cerca de quatro anos e, após a realização de quatro hastas públicas para concessão do direito de ocupação das bancas, peixarias e lojas, encontram-se ainda por concessionar, por desistência dos seus anteriores titulares algumas bancas conforme discriminado no Regulamento da Hasta Pública em anexo. Temos conhecimento, porque solicitado junto dos nossos serviços, que continuam a existir pessoas interessadas na adjudicação destes espaços comerciais no Mercado Municipal, pelo que se propõe a abertura de um novo procedimento de adjudicação do direito de ocupação dos referidos espaços comerciais, através da realização de uma nova hasta pública, cujo programa seria idêntico ao das anteriores e que se junta em anexo com as necessárias adaptações. Propõe-se, ainda, a constituição da Comissão que irá acompanhar a realização da Hasta Pública, da qual fará parte os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão - Director do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Administrativa. 2.º Vogal – Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas – Técnica Superior. Vogal



suplente – Crisália Marcela Pereira Alves – Técnica Superior. Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal”. O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – DELIBERAÇÕES DE CÂMARA DE 6 DE MAIO DE 2010 – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÕES** – Presente a seguinte

proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Em reunião do passado dia 6 de Maio de 2010 a Câmara Municipal deliberou proceder à abertura de diversos procedimentos concursais para preenchimento de postos de trabalho, nomeadamente cinco para a carreira de técnico superior (nas áreas de Serviço Social, Psicopedagogia Clínica, Administração Pública, Ciências Documentais - variante de Arquivos, e História), um técnico de informática, sete assistentes técnicos (seis administrativos e um tesoureiro) e um assistente operacional. Estas deliberações foram tomadas mediante propostas elaboradas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com a Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro e a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, tendo as mesmas merecido, antes da publicação, em Diário da República, da Lei que aprovou o Orçamento de Estado, despacho do Presidente da Câmara para posterior agendamento na ordem do dia da reunião de Câmara seguinte. Entretanto, foi publicado em 28 de Abril de 2010, a Lei n.º 3-B/2010, que aprovou o Orçamento de Estado para 2010, e que entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Esta Lei do Orçamento introduziu alterações no âmbito do recrutamento de pessoal para a Administração Pública. Deste modo, aquando da tomada das deliberações de 6 de Maio, as regras para o recrutamento estavam

já alteradas por aquela Lei do Orçamento de Estado. Não tendo sido dada execução imediata àquelas deliberações, logo em Junho de 2010 foi publicada a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho que, novamente, introduziu alterações na forma de recrutamento de trabalhadores na Administração Pública, distintas das da Lei do Orçamento de Estado. Em face de todas estas alterações e considerando que: - as deliberações em causa foram tomadas num período que medeia a publicação da Lei do Orçamento de Estado e a Lei 12-A/2010, - entretanto, se alteraram as disposições aplicáveis ao recrutamento de trabalhadores na Administração Pública, sem que tenha sido praticado qualquer acto tendente à execução daquelas deliberações. Proponho que a Câmara Municipal revogue aquelas deliberações considerando que as mesmas se encontram desconformes com a lei actual, e que posteriormente proceda à abertura de novos procedimentos concursais para provimento daqueles postos de trabalho, dando cumprimento às disposições da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta, lendo parte do texto da deliberação que nesta reunião se propõe, bem como um resumo da sua intervenção realizada a 6 de Maio de 2010, reunião em que foram aprovados os procedimentos concursais que agora se revogam. De seguida, leu o seguinte texto, que resume a sua intervenção de 6 de Maio: *"Nos pontos 14 a 20 da Agenda de Trabalhos, relativos à proposta de abertura de procedimentos concursais, o vereador André Coelho Lima referiu que a Lei do Orçamento de Estado/2010 (LOE), que se encontra em vigor há cerca de uma semana, no seu art. 23º, impõe aos serviços da Administração Pública, onde se incluem os Municípios, uma*



*limitação no recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público, apenas se permitindo o recrutamento de um trabalhador, se estiver demonstrada a saída de outros dois. Ora, em face desta limitação, o vereador do PSD manifestou que a informação fornecida pelos serviços de recursos humanos é manifestamente insuficiente para instruir um voto consciente, uma vez que não esclarece se se pretende fazer o recrutamento exclusivamente na função pública (caso em que não se aplica aquela limitação), ou igualmente com recurso a trabalhadores externos à função pública, nem tampouco junta uma relação das entradas/saídas de trabalhadores para os vereadores poderem antecipadamente verificar do cumprimento da legalidade. Em face do exposto, questionou o vereador do PSD pelas garantias que poderiam ter da não violação do art. 23º LOE, sobretudo sabendo-se que os procedimentos concursais são em regra mistos, isto é, dirigidos a candidatos que sejam e que não sejam funcionários públicos, pelo que pode dar-se a circunstância de, uma vez aberto o procedimento concursal, surgirem mais candidatos do privado, o que significa que para cada uma dessas entradas, terão que ser dispensados dois trabalhadores, ou seja e no limite, se as 13 vagas forem preenchidas integralmente com privados, terão que ser dispensados 26 trabalhadores.” Continuou, referindo que interessa sobretudo perceber o que se passa nos Recursos Humanos, de que é responsável o Vereador José Augusto Araújo e o que justifica tantos actos sucessivos de incompetência, lembrando que há 15 dias foi a opção gestionária, sucedendo-se situação idêntica nos recrutamentos, sendo, em ambos os casos, avisados pela oposição, ignorando, em ambos os casos, esses avisos, e tendo que, em ambos os casos, sujeitar-se a propor a revogação da medida que haviam sugerido, pelos exactos motivos*

para que foram alertados, no momento certo, pelo PSD. -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO FINANCEIRO** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Directora do Departamento Financeiro, Dr.<sup>a</sup> Anabela Lima, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho de Técnico Superior – Administração (Gestão de Stocks), cumpre-me informar o seguinte: o posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; Atendendo a que o posto de trabalho se encontra previsto no referido mapa de pessoal e que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. -----

O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta alertando para o facto de este recrutamento que agora se sugere estar já subordinado às regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), aprovado pela Lei 12-A/2010 de 30.06. Justificou que, nos termos da alínea a) do nº2 do art. 10º do PEC, o recrutamento excepcional para as autarquias locais depende de “*fundamentação*”



*na existência de relevante interesse público no recrutamento...”,* sendo que o texto da deliberação que foi apresentada nada referia quanto à existência de um **relevante interesse público**. Em face do exposto, referiu que seria preferível fazer constar tal justificação, obrigatória por lei, da deliberação para admissão de um novo funcionário, sob pena de, eventualmente, se ver indeferida a pretensão da Câmara por incumprir com os requisitos cumulativos do nº 2 do art. 10º da Lei que aprova o Pacto de Estabilidade e Crescimento. -----

**PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 7/2010** – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao funcionário Manuel Carlos Silva Santos, com a categoria profissional de Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza). O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de despedimento. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE DESPEDIMENTO.** -----

**CONTRATO DE GESTÃO COM A CASFIG – CRIAÇÃO DE UMA BRIGADA DO AMBIENTE** – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Conservar e proteger os jardins e espaços públicos do nosso Concelho é uma preocupação diária dos serviços urbanos e do ambiente da Câmara Municipal de Guimarães. Nos últimos anos, por força de uma intervenção estratégica e prioritária do Executivo municipal, aumentamos substancialmente a área de espaços e corredores verdes existentes no nosso Concelho, com os benefícios conhecidos para a qualidade de vida das nossas populações e para a requalificação do nosso território, pelo que cerca de 350 hectares de espaços verdes são tratados actualmente pelos nossos serviços. A

reconhecida qualidade que imprimimos a essa intervenção e a dimensão do nosso território exige um grande esforço de meios técnicos e humanos, pelo que nem sempre é possível corresponder, em tempo útil e com a excelência que desejamos, a todos os pedidos e solicitações que nos são feitos, pelas mais diversas entidades. É o caso do conjunto de espaços verdes e jardins que existem nos vários aglomerados habitacionais geridos pela CASFIG, que exigem uma atenção e cuidado permanentes, e que temos sentido alguma dificuldade em dar resposta adequada. Para obviar a essa dificuldade, foi sugerido à CASFIG que procedesse à criação de uma Brigada do Ambiente, com recursos humanos e meios técnicos próprios, que actuasse exclusivamente na conservação e manutenção de todos os espaços verdes e ajardinados existentes nos bairros sociais, sugestão essa que foi aceite e que pode resultar, no entendimento mútuo, numa mais-valia importante para a requalificação de todo o parque habitacional sob sua responsabilidade. Para o efeito, a CASFIG necessita de apoio financeiro da Câmara Municipal para a criação dessa Brigada do Ambiente, pelo que proponho a transferência da verba de €4.612,00 (quatro mil seiscientos e doze euros) para o efeito, nas condições constantes do contrato de gestão em anexo. A minuta do contrato de gestão dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2010** – Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 14 de Setembro de 2010, que concordou com a seguinte informação dos





Serviços de Educação: “Em aditamento à nossa informação datada de 23 de Agosto de 2010, a respeito da rectificação de deliberação de Câmara de 17 de Dezembro de 2009, torna-se necessário ainda proceder à suspensão da atribuição de verba à Junta de Freguesia de Gondomar, no valor de €550,00, dado que a EB1 Senhora d’Ajuda/Gondomar encerrou e os alunos vão ser integrados na EB1/JI Paço/Donim. Assim, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação acima referida, conforme discriminado no mapa em anexo. Mais se informa que esta suspensão produzirá efeitos a partir do mês de Setembro, inclusive. À consideração superior”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE URGEZES – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DE URGEZES** – Presente a seguinte informação dos

Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Urgezes aprovou a seguinte denominação toponímica: 89 – **Travessa António Leite Pereira da Silva** – Arruamento sem saída, com início na rua de S. Gualter; Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Urgezes". A designação e a planta toponímia dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE S. TORCATO – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DE S. TORCATO** – Presente a seguinte informação

dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de S. Torcato, aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 115 – **Avenida S. Torcato Mártir** – Tem início na rua Padre Arieira e termina no entroncamento com a rua da Quinta do Pinheiro; 116 – **Rua de S. Miguel** – Tem início na rua de Vilar e termina no limite de freguesia com Gominhães; 117 – **Travessa do Monte de Leiras** – Arruamento sem saída, com início na rua de Mogege; 118 – **Travessa de Mogege** – Arruamento sem saída, com início na rua de Mogege. Considerando que os arruamentos em causa não possuem topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à



Toponímia da Freguesia de S. Torcato. A designação e a planta toponímia dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE POLVOREIRA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DE POLVOREIRA** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Polvoreira, aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 86 – **Rua Adérito Cunha da Silva** - Tem início na Rua Comandante João de Paiva Faria Leite Brandão e termina na Rua Ribeiro da Ponte; 87 – **Rua Calçada da Igreja** - Tem início na Rua de S. Pedro e termina na Rua da Herdade; 88 – **Rua Adão Correia de Mesquita Gomes** - Arruamento sem saída, com início na Rua 14 de Dezembro; 89 – **Rua da Taipa** - Tem início na Rua Ribeiro da Ponte e termina na Rua Ribeiro do Pinto; 90 – **Rua do Rio** - Arruamento sem saída, com início na Rua de Manhufes. Na mesma reunião de Assembleia de Freguesia, foram aprovadas as seguintes alterações à toponímia, decorrentes da construção da auto-estrada: 13 – **Rua das Emproas** - Tem início na Rua Adérito Cunha da Silva, anteriormente iniciava na Rua Comandante João de Paiva Faria Leite Brandão, e termina na Rua de S. Pedro; 41 – **Rua do Aqueiro** - Tem início na EN 105 e passa a terminar na Rua Ribeiro do Pinto; 44 – **Rua das Janelas** - Tem início na Rua do Soutelo e termina na Rua Quinta do Vale; 62 – **Rua de Godinhares** - Arruamento sem saída, com início na Rua do Outeiro; 78 – **Rua Quinta do Vale** - Tem início na Rua Comandante João de Paiva Faria Leite Brandão e termina na Rua Ribeiro da Ponte; 81 – **Rua da Saudade** - Tem início na Rua de S. Pedro e passa a terminar na Rua Adérito Cunha da Silva. Foi

ainda aprovada em Assembleia de Freguesia, a extinção das seguintes denominações toponímicas, decorrente da referida construção da auto-estrada: 14 – **Travessa das Emproas** – Tinha início na Rua com o mesmo nome e terminava na Rua Comandante João de Paiva Faria Leite Brandão; 82 – **Rua de Fafião** – Tinha início na Rua S. Judas Tadeu e terminava na Rua Ribeiro da Ponte. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Polvoreira”. A designação e a planta toponímia dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SELHO S. JORGE** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Selho (S. Jorge), aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 87 – **Travessa do Paraíso** – Arruamento sem saída, com início na rua da Portelinha; 88 – **Travessa do Outeiro** – Tem início na rua do Outeiro e termina na travessa das Casas Novas. 89 – **Rua do Ave** – Tem início na travessa das Casas Novas e termina no entroncamento com a travessa do Ave. 90 – **Travessa do Ave** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à



Toponímia da Freguesia de Selho S. Jorge. A designação e a planta toponímia dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Guimarães (S. Sebastião), aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 14 – **Bairro Amadeu Miranda** – Arruamento sem saída, com início na Rua de Vila Verde. Considerando que o arruamento em causa, apesar de ser conhecido com esta denominação, não possui topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Guimarães (S. Sebastião). A designação e a planta toponímia dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUPORTE DE TERRAS NO CAMINHO RURAL DA BARROCA**

– Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Briteiros Santa Leocádia solicita o apoio da Câmara Municipal através da atribuição de um subsídio para custear as despesas com a construção de um muro de suporte de terras no caminho rural da Barroca. Segundo informação da Junta de Freguesia, estas terras pertencem a um particular, que cedeu terreno à Junta para a

abertura do caminho, tendo sido condição da cedência a construção do muro de suporte. A Junta de Freguesia já efectuou os trabalhos para possibilitar a utilização da via pelo público, que importam no valor global de €21 704,58. Tendo a Junta de Freguesia utilizado para pagamento dos trabalhos o valor que a Câmara Municipal lhe havia transferido, de €6 192,00, solicita, agora, que lhe seja concedido um subsídio no valor em falta, num total de €15 512,00. Assim, nos termos da alínea b), do nº6, do artº. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, proponho a atribuição de um subsídio de €15.512,00 à Junta de Freguesia de Briteiros Santa Leocádia, para que esta possa proceder ao pagamento integral da obra executada". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CALDAS DAS TAIPAS – CEDÊNCIA DE 3 MOTO4**

– Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Desde 2001 que a vigilância móvel na época de fogos, através do recurso a moto 4's, se revelou crucial na detecção e prevenção de focos de incêndio. Esta acção resultou do financiamento de uma Candidatura ao Programa Agris, acção 3, Subacção 3.4 para os anos de 2004 e 2005 e do Fundo Florestal permanente em 2006 e 2007. Contudo, desde essa altura que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas têm dado continuidade à utilização das viaturas acima mencionadas, pelo que se acha pertinente que os encargos associados à manutenção e uso (seguro) deixem de ser suportados pelo Município. Neste sentido, propõe-se a cedência definitiva das 3 (três) viaturas que



se encontram nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas a essa mesma Associação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE BARCO – ESCADAS DE ACESSO AO SALÃO DE ESPECTÁCULOS –**

Presente a seguinte proposta: “O Grupo Cultural e Recreativo de Barco tem desenvolvido, ao longo dos anos, diversas actividades de carácter cultural e desportivo, designadamente espectáculos variados, para os quais disponibilizam as instalações da sua Sede Social. Em Abril último, veio esta Associação dar conhecimento à Câmara Municipal de uma anomalia nas escadas de acesso à Sede Social, tendo o desnivelamento da estrutura originado já alguns acidentes. Esta situação foi, em Maio passado, verificada pelos serviços do Departamento de Obras Municipais que elaboraram um orçamento dos encargos previstos com a construção de novas escadas, no montante de €3.270,00. Considerando a importância desta associação e o trabalho que vem desenvolvendo ao longo dos anos e a necessidade de disponibilizar aos seu utilizadores condições de segurança nos acessos à Sede Social e que o respectivo processo foi instruído ainda antes da entrada em vigor do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades que Prossigam Fins Culturais, Artísticos, Recreativos e Humanitários, propõe-se a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo de Barco, de um apoio no valor de €2.000,00 (dois mil euros) ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art. 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO – GRUPO CULTURAL**

**E RECREATIVO DE BARCO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Grupo Cultural e Recreativo de Barco, vem solicitar a doação de mobiliário para equipar a sua secretaria. Atendendo a que existe, em armazém, uma secretária que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação ao Grupo Cultural e Recreativo de Barco, da referida secretária, melhor identificada na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Secretária estrutura metálica com tampo em madeira, 6 gavetas, cor bege	€30,00	€30,00
<b>Total</b>		<b>€30,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente um ofício da Comissão de Festas em Honra de S. Mateus e Nossa Senhora do Rosário solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, a realizar entre os próximos dias 1 e 3 de Outubro. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €87,49 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Gonça, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €43,75 (quarenta e três euros e Setenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----





CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 16 Fls. \_\_\_\_\_  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE SETEMBRO DE 2010

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE  
APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----  
PELAS DOZE HORAS O VICE – PRESIDENTE DA CÂMARA DEU  
POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE  
LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**